

## **Introdução ao conceito de propriedade nos *Manuscritos Econômicos e Filosóficos* de Marx**

Paulo Meksenas\*

Este artigo procura refletir brevemente sobre dois temas, buscando estabelecer uma correlação entre eles. Em primeiro lugar trata-se de perceber o marxismo como uma tradição<sup>1</sup> integrante das mais diversas experiências históricas, vividas no cenário mundial do século XX e deste que se inicia. A seguir, a intenção é buscar o significado do conceito de propriedade no Terceiro Manuscritos Econômicos e Filosóficos de Karl Marx, escrito em 1844. Abordar estes dois temas permitirá defender uma questão: a necessidade de debater o significado do conceito de propriedade privada em confronto com o seu correlato, o de propriedade coletiva.

A discussão proposta é importante na medida em que vivemos um momento em que se destaca a ideologia que prega o triunfo das relações mercado (trionfante entre proprietários reais ou a eles afiliado, portanto) em detrimento das relações sociais. O que se revela com essa ideologia ufanista das relações de mercado é o esforço do pensamento conservador em apagar da memória social e histórica as experiências que se fizeram no questionamento das interações mediadas pela propriedade.

Segundo Eric Hobsbawm, “o marxismo teve grande influência política desde as margens do Oceano Ártico até a Patagônia, e desde a China – passando pelo Ocidente – até o Peru. Os pensadores marxistas emitiram opiniões sobre a matemática, a pintura ou as relações sexuais, para não falar nas intervenções do poder administrativo e estatal em tais campos” (1979:12). Basta lembrarmos da Guernica na Guerra Civil Espanhola e lembrarmos também da Guernica de Picasso. Para além dos marxistas, temos Jean Piaget a reconhecer que, “a concepção essencialmente concreta que Karl Marx fornece do problema das ideologias e da lógica enquadra singularmente melhor com os dados atuais da psicologia” (1973: 87). Ainda, Paulo Freire já advertia na Tanzânia em 1971 que: “(...) se o objetivo é a criação de uma sociedade socialista, a pesquisa aqui requer métodos participantes” (1983:37). Um notório intelectual conservador, Raymond Aron disse na sua obra “A Luta de Classes”, de 1964, que “o marxismo é por essência uma dialética segundo a qual milagrosamente, necessidade e valor, ciência e acção, estão de acordo” (1964: 189). E o filósofo cristão Roger Garaudy escreveu sobre a possível e polêmica relação entre Cristianismo e Marxismo; assim como o sacerdote Camilo Torres escreveu sobre Cristianismo e Revolução. Ainda, deve-se lembrar de Albert Einstein e o artigo “Por que o socialismo?” e publicado em 1949, hoje acessado em <http://www.monthlyreview.org/598einst.htm> E Sartre? Além de militar na Resistência Francesa contra o Nazismo, publicou em 1960, uma importante Crítica da Razão Dialética em que dialoga com o marxismo. Vemos nesses poucos exemplos como o marxismo influenciou os mais diversificados círculos acadêmicos e sociais.

Repetindo, essas poucas citações estão além das fronteiras do marxismo, afirmadas por cientistas e humanistas reconhecidos mundialmente. Todas as citações do parágrafo anterior atestam para a existência do marxismo como tradição. Assim como a filosofia grega nos

---

\* Sociólogo e doutor em educação pela USP. É autor do livro *Pesquisa Social e Ação Pedagógica*, São Paulo, Loyola, 2002. Atualmente é professor adjunto no Centro de Ciências da Educação da UFSC.

<sup>1</sup> A palavra tradição é tomada aqui no seu significado literal, isto é, ato de transmitir ou entregar. Assim, tradição é entendida como um conjunto de conhecimentos e práticas resultantes de transmissão que se faz de geração a geração.

remete a idéia de tradição ocidental<sup>2</sup>, podemos dizer que o marxismo nos remete a idéia de *tradição de classe* que se faz presente nas Insurreições Populares; nos Movimentos Sociais; nas Universidades; Centros de Pesquisa, Centros de Cultura e Informação; Práticas de Vida; Política e Cultura. Ignorar o marxismo hoje soa tão ridículo como ignorar a filosofia renascentista. Há produções sociais que não podem ser negadas, que atravessam o tempo e nos fazem humanos, com seus limites e suas possibilidades; a tradição de classe do marxismo é uma delas.

Feitas essas colocações iniciais e que buscam delinear o cenário da existência da tradição (e tradição também de classe) do marxismo, há que discutir um tópico importante que essa tradição deixa evidenciado, e que no campo acadêmico está em aberto, que diz respeito às relações de proximidade que se estabelecem entre os conceitos de propriedade privada e de propriedade coletiva.

O conceito de propriedade privada é entendido por Marx dentro de dupla determinação: **1)** a essência subjetiva e **2)** a essência objetiva. Quando admitimos uma essência subjetiva percebemos que a propriedade privada tem um início, uma força criadora e que se manifesta no sujeito-em-atividade produzindo-a, o trabalho. O autor em questão afirma:

A essência subjetiva da propriedade privada, a propriedade privada como atividade para si, como sujeito, como pessoa, é o trabalho. Compreende-se, pois, que somente a economia política que reconheceu o trabalho como seu princípio – Adam Smith – e, portanto não mais reconhece a propriedade privada como um estado exterior ao homem (1991: 163).

O reconhecimento do estado exterior da propriedade privada é a sua objetividade como propriedade ou como produto de posse; o objeto possuído. Daí que, o trabalho é o *em si* da propriedade privada e esta, o *por si*. Marx admitiu, ainda, que a descoberta da essência subjetiva da propriedade privada [o trabalho], em época que se reconhecia apenas a sua existência objetiva [o produto], coube a Adam Smith. Por isso ao criticar a economia política clássica, reconhece a superioridade desta sobre a fisiocracia, sobretudo, a de Quesnay. Os fisiocratas atinham-se apenas à dimensão objetiva da propriedade privada, reconhecendo o produto e não a atividade que gera o produto. Para Quesnay, só há progresso quando há excedente econômico, que possibilita a troca; que funda o comércio; a indústria, e torna a sociedade complexa possível. A atividade que, por excelência, produz excedente é a agrícola e sob a forma da *renda da terra*. A tal perspectiva, Marx, diz:

A doutrina fisiocrata do Dr. Quesnay representa a passagem do mercantilismo a Adam Smith. A fisiocracia é, diretamente, a dissolução econômico-política da propriedade feudal, mas por isso, de maneira igualmente direta, a transformação econômico-política, a reposição mesma, com a ressalva de que sua linguagem já não é feudal, mas econômica (1991: 164).

Assim, a teoria econômica burguesa é um avanço frente às posições dos fisiocratas. Por outro lado, em que ponto Marx percebeu os limites da primeira? No fato de não questionar o significado histórico que o trabalho assume sob a produção do capital. O autor destacado o indica:

---

<sup>2</sup> E quando falamos em tradição grega não estamos destacando apenas a Atenas, do século IV a.C, que possuía uma população de 270 mil escravos, frente a 30 mil cidadãos e ainda, com uma população não-cidadã 70 mil habitantes, entre mulheres, crianças e estrangeiros, excluídos das benesses da democracia ateniense, segundo dados do helenista BONNARD (1972). A despeito desta estatística, ninguém pode negar, hoje, a existência da tradição helenista entre outras. E como toda tradição permite várias leituras; possui dimensões; é utilizado tanto como inspiração de liberdade como de opressão.

Mas o trabalho, a essência subjetiva da propriedade privada como exclusão da propriedade, e o capital, trabalho objetivo como exclusão do trabalho, é a propriedade privada como relação desenvolvida da contradição e por isso uma relação enérgica que tende para a sua resolução (Marx 1991: 166).

Em outras palavras, a sociedade burguesa instituiu historicamente a separação entre quem realiza o trabalho e quem domina a produção deste trabalho; cindiu a essência subjetiva da propriedade privada [o trabalhador] da sua essência objetiva [o produto, que pertence ao burguês]. Por isso, Marx conclui, “a essência subjetiva da propriedade privada [o trabalhador] aparece como exclusão da propriedade [o produto que pertence ao burguês]. E, o capital, como trabalho objetivo [o produto que pertence ao burguês] como exclusão do trabalho [o trabalhador sem propriedade]” (Marx 1991: 166).

A seguir, encontramos no Terceiro Manuscrito Econômico-filosófico a crítica aos comunistas porque não superarem a noção de propriedade burguesa. Para designar esses adversários teóricos e políticos, Marx cunhou a expressão ‘comunistas grosseiros’. O comunismo grosseiro não supõe a superação positiva da propriedade privada. Na verdade ele mantém a proposição positiva da propriedade privada, pois ao defender a generalização da propriedade privada na forma de propriedade coletiva, nada mais supôs que a continuidade da posse sob outra roupagem.

A posse física imediata vale para ele [o comunista grosseiro] como finalidade única da vida e do modo de existência: a determinação do trabalhador não é superada, mas estendida a todos os homens; a relação da propriedade privada continua ainda a relação da coletividade com o mundo das coisas; finalmente, pronuncia-se este movimento por uma oposição da propriedade privada à propriedade geral, e de uma forma animal, opondo o matrimônio (que ademais é uma forma da propriedade privada exclusiva) à comunidade das mulheres, em que a mulher [a propriedade] se converte em propriedade coletiva e comum (Marx, 1991: 166 e 167).

Em outros termos, a crítica ao comunismo grosseiro é fundamentada por Marx pela noção da qual o indivíduo/a pessoa não se realiza no momento em que toma posse da propriedade privada tornada coletiva. Não basta isso para atingir a sociedade comunista, pois, nesse caso, o indivíduo continua a expressar-se determinado pela propriedade – e aqui entra a imagem/metáfora do matrimônio burguês e a comunidade de mulheres, em que esta última não difere da primeira ou, é até mais primitiva<sup>3</sup> O indivíduo supera a propriedade privada quando o que está em jogo não é mais a propriedade, mas o seu EU que para tornar-se um EU precisa do OUTRO e para tal a noção de propriedade desaparece porque perde o seu sentido histórico de existência. Dai defender a abolição da propriedade como meio de ascensão ao comunismo.

Com o fim da propriedade, seja ela privada ou coletiva, pode nascer o homem social. Uma pessoa não é social apenas no coletivo, é social quando é individual e, além disso, se reconhece na existência do outro. Encontra, agora, no coletivo a sua referência. Social é, assim e a um só tempo, o individual e o coletivo. Os liberais ficaram presos no primeiro pólo desses termos definidos apenas como opostos; os comunistas grosseiros ficaram com o segundo e somente Marx concebeu a contradição presente em ambos. É o que Marx quer

---

<sup>3</sup> Finalmente, pronuncia-se este movimento por uma oposição da propriedade privada à propriedade privada geral, e de uma forma animal, opondo o *matrimônio* (que ademais é uma *forma* da propriedade privada exclusiva) à *comunidade de mulheres*, em que a mulher se converte em propriedade coletiva e *comum*. Podemos dizer que este pensamento da *comunidade de mulheres* é o segredo pronunciado deste comunismo ainda totalmente grosseiro e privado de pensamento (MARX. 1991: 167).

dizer quando afirma: “assim como é a própria sociedade que produz o homem enquanto homem, assim também ela é produzida por ele” (1991:169).

Nesse contexto é que vai a sua crítica não só ao liberalismo como também ao comunismo grosseiro, porque o comunismo proposto por Marx não anula a individualidade e acusa “(...) Este comunismo, ao negar por completo a personalidade do homem, é justamente a expressão conseqüente da propriedade privada, que é esta negação (...) [O comunismo grosseiro cria o] homem pobre, bruto e sem necessidades, que não só não superou a propriedade privada, como também nem sequer chegou a ela” (1991:167).

N’ O Capital, Marx aprofunda essa definição na crítica que faz ao conceito de mercadoria e que, sob a realização do capital, reduz as relações humanas a meras relações entre propriedades, ou melhor, entre coisas. Diz,

(...) como os produtores somente entram em contato social mediante a troca de seus produtos de trabalho [a propriedade], as características especificamente sociais de seus trabalhos privados só aparecem dentro desta troca. Em outras palavras, os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre produtores. Por isso, aos últimos aparecem as relações sociais entre seus trabalhos privados como o que são, isto é, não como as relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão como relações reificadas entre as pessoas e relações sociais entre as coisas (1983:71).

Essa citação nos faz concluir que a propriedade privada nos torna tão limitados ao ponto de nos relacionarmos uns com os outros como estivéssemos nos relacionando com meros objetos/coisas/propriedades. A mulher, enquanto uma pessoa na sua totalidade, no auge do processo reificador, se reduz a apenas uma parte do seu corpo; uma filha, por sua vez, torna-se uma coisa que pode ser arremessada pela janela; uma esposa é vista como algo em posse do seu marido e assim por diante. É isso o que a propriedade instaura, seja ela privada ou coletiva. Marx já o denunciava em 1844 e em 1867. Comunismo significa então, abolição de toda e qualquer forma de propriedade como o passo histórico para resgatar a humanidade do ser humano.

#### **Textos citados**

ARON, Raymond. **Novos temas de sociologia contemporânea: a luta de classes**. Lisboa: Editorial Presença, 1964.

BONNARD, André - **Civilização Grega**. Vol I, "Da Ilíada ao Partenon. Lisboa: Estúdios Cor, 1972.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa. In: In: BRADÃO, C. R. (org.) **Pesquisa Participante**, 3ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1983.

Gramsci, Antonio. **Escritos Políticos**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 2004.

HOBSBAWM, Eric. Prefácio. In: HOBSBAWM, Eric (org.) **História do Marxismo**. Volume 1: O Marxismo no tempo de Marx. São Paulo: Paz e Terra, 1979.

MARX, Karl. Manuscritos econômico-filosóficos. In: MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. 5ª Edição. São Paulo: Nova Cultural, coleção Os Pensadores, 1991.

MARX, Karl. O Capital. Livro I, vol. 01. São Paulo: Abril Cultural, Série Os Economistas, 1983.

PIAGET, Jean. **Estudos Sociológicos**. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1973.